ECONOMIA

Impacto mínimo sobre a pobreza

Piso de R$ 151 reduz o número de pobres do país em apenas 0,75%, revela FGV

Flávia Oliveira

Os R$ 21 do recente aumento do salário-mínimo — que hoje, Dia do Trabalho, completa 60 anos de criação — terão pouco ou quase nenhum efeito na redução da miséria que hoje atinge um quarto da população brasileira. A conclusão está em cálculos feitos, a pedido do GLOBO, pelo economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Neri analisou o impacto do reajuste de 11% no piso nas condições de vida da população com rendimentos atrelados ao mínimo. Descobriu que o salário de R$ 151, que está chegando nas mãos de trabalhadores, aposentados e pensionistas, reduz a pobreza em apenas 0,75%. Ou seja, dos 39,2 milhões de pobres do país, apenas 294 mil atravessarão a linha de indigência com o novo mínimo.

Os números da FGV indicam que 24,82% dos brasileiros são pobres. Trata-se da população que sobrevive com renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 75 por mês. Essa seria a quantia suficiente para suprir as necessidades de alimentação de um indivíduo durante um mês. Um assalariado que ganha um mínimo para sustentar mulher e filho, por exemplo, estaria abaixo da linha de pobreza, porque sua renda domiciliar seria de R$ 50 por pessoa.

— O impacto do mínimo sobre a pobreza pode ser considerado pequeno, porque o reajuste não foi mesmo muito alto. O que houve agora não foi uma revolução, mas se houver uma política de reajustes periódicos do piso, em alguns anos, teremos resultados muito positivos — prevê Neri.

Idosos são os que mais se beneficiam com reajuste

• No estudo do economista, fica claro que os segmentos mais beneficiados pelo aumento do mínimo são os de idosos, empregadas domésticas e funcionários públicos. O novo piso reduz em 3,17% o número de brasileiros pobres com mais de 70 anos. Entre os que têm 60 a 65 anos, a redução é de 2,38%. O resultado é conseqüência do volume de pensões e aposentadorias no valor do piso pagas a beneficiários do INSS e servidores inativos. Cerca de 55% dos benefícios previdenciários são de um salário-mínimo.

— Há um viés claro no sentido etário. Os idosos são os que mais se beneficiam, embora não estejam entre os mais pobres da população — comenta Neri.

O estudo mostra que apenas 8,1% dos brasileiros com mais de 70 anos estão abaixo da linha da pobreza — a proporção é de 11,82% entre os que têm 60 e 65 anos e de 9,51% para os de 65 a 70 anos. A "Síntese dos Indicadores Sociais", divulgada pelo IBGE na última sexta-feira, mostra que 12,1% dos brasileiros com mais de 60 anos de idade têm renda familiar *per capita* inferior a meio salário-mínimo.

Enquanto isso, ainda segundo o IBGE, 30,5% das famílias com crianças de até 6 anos têm renda domiciliar menor que meio mínimo por pessoa. Pelo estudo da FGV, 39 em cada cem crianças de zero a 5 anos são pobres. Elas são 15% de todos os pobres do país, mas a indigência se reduz em apenas 0,39% com o novo mínimo. Para Neri, isso comprova que a política para o salário-mínimo não deve ser um instrumento único de combate à pobreza, porque não dá prioridade à camada mais pobre da população.

— Concentrar esforços na renda dos idosos não traz efeitos para outros setores menos favorecidos. Defendo programas do tipo bolsa-escola, porque reduzem a pobreza das crianças hoje e no futuro — propõe Neri.

Pobreza diminui entre os servidores municipais

• Outro segmento que se beneficia com o reajuste do salário-mínimo — que ficou 4% acima da inflação de maio de 1999 a março deste ano — são os servidores públicos, sobretudo municipais. Isso porque de cada dez funcionários de prefeituras, dois ganham o piso nacional. Entre os funcionários públicos, apenas 7,22% estão abaixo da linha da pobreza. Ainda assim, o número de pobres no segmento cai 1,62% com o mínimo de R$ 151.

Os números de Neri mostram que os funcionários dos governos federal, estaduais e municipais representam 1,5% dos pobres do país. Em contrapartida, os trabalhadores rurais são 18,5% dos pobres. Nada menos que 47% dos agricultores estão abaixo da linha da pobreza. Mas a indigência deles se reduz em modestos 0,89% com o aumento do mínimo.

Outra categoria beneficiada é a de empregados domésticos, que somam 5 milhões em todo o país, segundo o IBGE. Desse total, 26,7% têm renda familiar *per capita* inferior a meio mínimo. Por isso, segundo estudo de Neri, o último reajuste r[illegible] indigência 1,88% da categoria. ■

Quanto o novo piso reduz o número de pobres

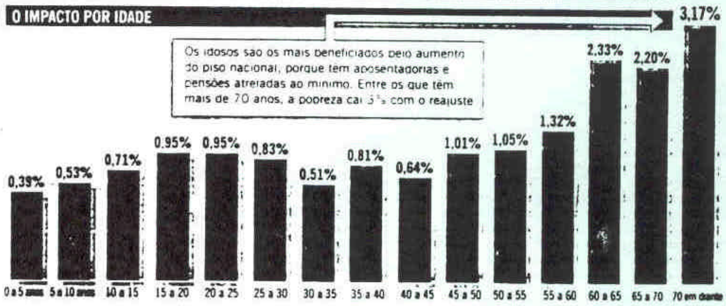
O reajuste de 11% no valor do salário-mínimo, que agora é de R$ 151, reduz em apenas 0,75% a pobreza no país. No Brasil, os pobres somam 24,82% da população.

OS EFEITOS POR SEXO

HOMENS	MULHERES
0,72%	0,78%

Um em cada quatro homens brasileiros está abaixo da linha da pobreza. Entre as mulheres, a proporção é de 24,56%. O impacto do reajuste do mínimo é maior sobre as mulheres, porque a renda média masculina é maior que a feminina

O IMPACTO POR IDADE



POR ANOS DE ESTUDO

Analfabetos	0,70%
0 a 4 anos	0,82%
4 a 8 anos	0,74%
8 a 12 anos	0,89%
Mais de 12	0,56%

Os brasileiros com menor nível de instrução se beneficiam mais com o reajuste do mínimo, porque exercem funções com remuneração mais baixa. De cada dez analfabetos, quatro estão abaixo da linha de pobreza

POR ÁREA DE ATIVIDADE

Setor público	1,62%
Construção	0,54%
Indústria	1,45%
Serviços	1,32%
Agricultura	0,89%

Os servidores públicos, sobretudo municipais, são os mais favorecidos pelo reajuste do mínimo. Quase metade dos trabalhadores rurais está abaixo da linha de pobreza

POR OCUPAÇÃO

Com carteira	1,06%
Sem carteira	0,94%
Conta própria	1,16%
Serviço público	1,43%
Doméstica	1,88%

A pobreza é maior entre as empregadas domésticas e os autônomos. O novo mínimo faz a pobreza cair mais de 1% nos dois segmentos

POR REGIÃO

Sudeste	0,67%
Nordeste	0,86%
Sul	0,86%
Norte	0,28%
Centro-oeste	0,33%

Entre os habitantes do Nordeste, 46% são pobres. Na Região Norte, a proporção é de 30%. Mas a pobreza cai menos de 1% nas duas áreas com o novo mínimo

QUE CÁLCULO É ESSE

Com base nas informação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/98), do IBGE, os técnicos da FGV agruparam trabalhadores, aposentados e pensionistas com renda atrelada ao salário-mínimo ou a seus múltiplos. Foram incluídos também aqueles com rendimento entre o antigo e o novo mínimo e, agora, passarão a ganhar R$ 151. Os economistas identificaram quantos desses indivíduos vivem abaixo da linha da pobreza. Em seguida, aplicaram o reajuste do [illegible] rendimentos e calcularam o impacto sobre o número de pobres. Descobriram que a redução é de apenas 0,75% no país. Mas alguns segmentos, como idosos, domésticas e servidores municipais, são beneficiados.

FONTE: PNAD/98, com elaboração do Ibre/FGV

Mônica Imbuzeiro

A PENSIONISTA Cimira da Rosa D'Acri costura para aumentar seus rendimentos mensais: "A pensão de R$ 151 não dá nem para as contas básicas"

Costura para elevar rendimento mensal

Pensionista que ganha um mínimo é exemplo das dificuldades para cobrir despesas básicas

• A pensionista Cimira da Rosa D'Acri agradece aos céus por ter boa saúde e poder, aos 74 anos, trabalhar para aumentar sua renda mensal. O salário-mínimo que recebe da Previdência não cobre sequer as contas de água, luz, telefone, gás e condomínio da vila onde mora com um filho e um neto universitário, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Para cobrir suas despesas mensais, dona Mira (como é conhecida) trabalha em casa como costureira.

— O aumento do salário-mínimo vai dar, no máximo, para pagar a conta de água, a mais barata. Vinte e um reais é uma quantia insignificante, que não resolve a vida de ninguém. Essa pensão de R$ 151 não dá nem para as contas básicas — reclama a costureira.

Com as costuras, dona Mira chega a ganhar R$ 500 em bons meses. Mas nos últimos tempos, lamenta, as encomendas andam reduzidas. Separada do marido, ela conta com a ajuda dos cinco filhos para manter em dia suas despesas. Uma filha paga a mensalidade de seu plano de saúde; outro paga a assinatura da TV a cabo; o genro se encarrega das compras de mês no supermercado.

— Imagina se eu fosse doente e precisasse de remédios? Com certeza, o dinheiro não ia dar. Graças a Deus, eu tenho saúde — diz dona Mira.

A costureira de Vila Isabel engrossa as estatísticas dos idosos que continuam em atividade. Dados da "Síntese dos Indicadores Sociais" revelam que 26,4% dos aposentados e pensionistas com mais de 60 anos de idade trabalham no país. Dos 10,6 milhões de aposentados brasileiros, 2,8 milhões ainda exercem alguma atividade profissional.

Segundo o IBGE, a maioria (64,4%) dos que trabalham tem de 60 a 69 anos. Na faixa etária de dona Mira, de 70 a 79 anos, os ocupados somam 30,4%. Os 5,2% restantes têm mais de 80 anos de idade. *(F.O.)*